



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM GARANTIA ADICIONAL, EM
SÉRIE ÚNICA, DA EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A.**

ENTRE

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A.
como Emissora;

SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

ENERGISA S.A.
como Interviente-Garantidora

8 DE FEVEREIRO DE 2008

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A.



Pelo presente instrumento particular,

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A., sociedade por ações com sede na Rua Ministro Apolônio Sales, 81, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju, Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.017.462/0001-63, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

de outro lado,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 6º e 10º andares, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de Interveniente-Garantidora,

ENERGISA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte), inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.864.214/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Interveniente-Garantidora”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar esta “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com garantia adicional, em Série Única, da Empresa Energética de Sergipe S.A.” (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações: (i) da Reunião do Conselho de Administração (a “RCA”) da Emissora, realizada em 25 de outubro de 2007, arquivada na Junta Comercial de Sergipe (“JUCESER”) em 19 de novembro de 2007, sob o nº 20070231184, e publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe e no Jornal da Cidade, em 15 de dezembro de 2007, (ii) da RCA da Emissora, realizada em 20 de dezembro de 2007, arquivada na JUCESER em 3 de janeiro de 2008 sob o nº 20070279896, e publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 2 de janeiro de 2008 e no Jornal da Cidade nos dias 1º e 2 de janeiro de 2008, e (iii) da Reunião do Conselho de Administração da Interveniente-Garantidora realizada em 20 de dezembro de 2007, cuja ata foi arquivada em 8 de janeiro de 2008 na Junta Comercial de Minas Gerais (“JUCEMG”) sob o nº 3870240 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 3 de janeiro de 2008, e no jornal

“Valor Econômico” em 2 de janeiro de 2008, em edição nacional.



CLÁUSULA II REQUISITOS

A emissão das Debêntures (a “Emissão”) para distribuição pública (a “Oferta”), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das de RCAs

As atas de RCAs que deliberaram sobre a Emissão e fiança, referidas no item 1.1 acima, foram arquivadas na JUCESER e JUCEMG e seus extratos foram publicados no Diário Oficial dos Estados de Sergipe e Minas Gerais, respectivamente, e nos jornais “Jornal da Cidade” e “Valor Econômico”, nos termos descritos no item 1.1.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESER, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetidos para tais arquivamentos dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400”), e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

2.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica

A presente Emissão e a concessão da garantia pela Interviente-Garantidora foram aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos do Ofício contido no Anexo I desta Escritura.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 20 do Código de Auto-Regulação ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID”), sendo a efetivação de tal registro de responsabilidade exclusiva do Coordenador (conforme abaixo definido) da Oferta.

Handwritten signature and the number 3.



2.6. Registro para Distribuição e Negociação

2.7.1 As Debêntures serão registradas para negociação no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA ("ANDIMA") e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), sendo os títulos custodiados na CETIP.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto: (i) atuar no setor de energia de qualquer tipo, seja gerando, transmitindo, distribuindo, comercializando, ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos energéticos; (ii) realizar estudos, empreender projetos ou construções relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos energéticos; (iii) fabricar e comercializar peças, produtos e materiais de sua atividade social e de setores de grande utilização de energia; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior, bem como prestar serviços, consultoria e assessoria administrativa, financeira, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão

O valor da Emissão é de R\$73.248.000,00 (setenta e três milhões, duzentos e quarenta e oito mil reais), na Data de Emissão.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 42.000 (quarenta e duas mil) Debêntures.

3.5. Número de Séries

A Emissão é realizada em série única.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio desta Emissão serão destinados integralmente para alongamento da dívida da Emissora de curto prazo, com novos vencimentos de longo prazo e redução de custo da mesma.

[Handwritten signature]
4

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição



3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador”), observados os termos e condições estipulados no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie Subordinada com garantia adicional, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, da 1ª Emissão da Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE”, celebrado em 8 de fevereiro de 2008, entre a Emissora e o Coordenador (o “Contrato de Colocação”).

3.7.2 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, prioritariamente, o Coordenador e os clientes do Coordenador, observado o disposto no artigo 55 da Instrução CVM nº 400.

3.7.3 A colocação pública das Debêntures somente terá início, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400, após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início e a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

3.8. Opção de Lote Suplementar

A Emissora não poderá aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente prevista. A Emissora não outorga ao Coordenador (conforme definido no Contrato de Colocação) opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas através de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

3.9. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e a instituição depositária da Emissão será o Banco Citibank S.A. (“Banco Mandatário”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.744,00 (um mil, setecentos e quarenta e quatro reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

4.1.3 Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificado.

5



4.1.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. O extrato, em qualquer caso, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

4.1.5 Espécie: As Debêntures são da espécie subordinada, com garantia adicional, conforme mencionado no item 4.10 desta Escritura.

4.1.6 Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.7 Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 8 de novembro de 2007 (a "Data de Emissão").

4.1.8 Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 8 (oito) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 8 de novembro de 2015 (a "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula V abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

4.2. Remuneração

As Debêntures farão jus a remuneração composta pela Atualização Monetária e pelos Juros, nos termos descritos abaixo ("Remuneração"):

4.2.1 Atualização Monetária

As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário atualizado pelo fator da variação da cotação de fechamento da Taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central, transação PTAX800, opção 5, cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre ("Taxa Cambial"), calculado entre a data de início do respectivo Período de Pagamento de Juros das Debêntures e Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, utilizando-se a Taxa Cambial do dia útil imediatamente anterior à data de início do respectivo Período de Pagamento de Juros das Debêntures e do dia útil imediatamente anterior à data de Pagamento da Remuneração das Debêntures ("Atualização Monetária").

4.2.1.1 A Atualização Monetária será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN_e \times \left[\frac{US_n}{US_0} \right], \text{ onde:}$$

6



VNa = Valor Nominal das Debêntures atualizado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal das Debêntures na Data de Emissão, ou saldo do Valor Nominal após pagamento da Atualização Monetária, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

USn = valor da Taxa Cambial do dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

USo = valor da Taxa Cambial do dia útil imediatamente anterior à Data de Emissão ou de pagamento de atualização, o que ocorrer por último, informado com 4 (quatro) casas decimais.

4.2.1.2 O quociente da divisão dos valores da taxa de câmbio "USn" e "USo" deverá ser apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa Cambial, será aplicada à Remuneração a última Taxa Cambial divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa Cambial que seria aplicável. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa Cambial por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa Cambial ou de impossibilidade de aplicação da Taxa Cambial por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa Cambial deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa Cambial, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso os Debenturistas, reunidos em assembleia geral, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, não aproveiem o parâmetro proposto pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa Cambial, a média aritmética das taxas médias diárias de venda do Dólar dos Estados Unidos da América praticadas pelas seguintes instituições financeiras: Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A. e Banco Citibank S.A. Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, será utilizada a última Taxa Cambial divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro (observado que, se durante tal período tenha ocorrido o vencimento de alguma obrigação pecuniária das Debêntures, a

f. l.
7



data de vencimento de tal obrigação será automaticamente postergada para o 2º (segundo) dia útil contado da data da definição ou aplicação, conforme estabelecido no novo parâmetro).

4.2.3 Juros

Sobre a atualização do respectivo período, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios a partir da Data de Emissão, de 8,85% (oito inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 360 dias, calculados linearmente, de forma *pro rata temporis* incidentes sobre o Valor Nominal atualizado na forma disposta acima ("Juros").

4.2.3.1 Os Juros das Debêntures serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$J = \{VNa \times [Fator\ Juros]\}$, onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left[\left(\frac{taxa}{100} \right) \times \frac{n}{N} \times \frac{DP}{DT} \right]$$

taxa = 8,85% ao ano;

N = 360 dias corridos;

n = número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = número de dias corridos entre o último e o próximo evento; e

DP = número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

Entende-se por período de capitalização ("Período de Capitalização") o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração, ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização terão início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal atualizado na forma do item 4.2.3.1 acima, para efeito de

apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da remuneração será exigível somente no final de cada Período de capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.



4.3. Condições de Subscrição, Integralização e Pagamento

4.3.1 Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, de acordo com o item 4.2 acima.

4.3.2 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública informado no Prospecto e no anúncio de início da Oferta, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.3.3 Forma de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (ii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da presente Emissão.

4.3.4 Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados no mesmo dia do respectivo vencimento utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (ii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário.

4.3.5 Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.6 Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.7 Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de

comparecimento do Debenturista para recebimento dos valores devidos, ficando-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.8 Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista possua de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.3.9 Amortização Programada: As Debêntures serão amortizadas em parcelas anuais e sucessivas, a partir do 6º ano, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias 8 de novembro de cada ano, iniciando-se em 8 de novembro de 2013 (cada uma, uma “Data de Amortização”), nos percentuais e valores que se seguem:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual de Amortização</i>	<i>Valor amortizado por debênture</i>
08.11.2013	33,00%	R\$ 575,52
08.11.2014	33,00%	R\$ 575,52
08.11.2015	34,00%	R\$ 592,96

4.3.10 Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga semestralmente nos dias 8 de maio e 8 de novembro de cada ano, iniciando-se em 8 de maio de 2008.

4.4. Limite Legal

O limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações não se aplica à esta Emissão, vez que as Debêntures são da espécie subordinada.

4.5. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.6. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.7. Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, a qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão.

4.8. Aquisição Facultativa

Não haverá aquisição facultativa pela Emissora.



4.9. Publicidade

4.9.1 Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do Jornal da Cidade e do jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (www.energipe.com.br), exceção feita ao anúncio de início e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal "Valor Econômico".

4.9.2 Os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso necessários, obedecerão ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso.

4.10 Garantias

4.10.1 A Interveniente-Garantidora, na qualidade de acionista controladora da Emissora, concede, neste ato, fiança em favor dos Debenturistas desta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança"), pela qual obriga-se, como fiadora e principal pagadora, de forma irrevogável e irretroatável, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 821, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, do Código Civil e alterações posteriores, e o artigo 595, do Código de Processo Civil e alterações posteriores, pelo pronto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na presente Escritura, incluindo a obrigação de pagar, na data do vencimento, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração descrita no item 4.2, calculada *pro rata temporis*, e encargos moratórios nos termos do item 4.3.6, se houver, bem assim pela liquidação de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura.

4.10.2 A Fiança prestada: (i) compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo juros moratórios, multa e outros acréscimos, inclusive encargos, e (ii) vigorará até que as Debêntures sejam integralmente liquidadas pela Emissora ou, se vier a ser o caso, pela Interveniente-Garantidora, ou até que sejam liquidadas as Debêntures em caso de vencimento antecipado das mesmas, o que ocorrer primeiro.

4.10.3 O Agente Fiduciário irá requerer a execução da Fiança se e após verificada, nos termos desta Escritura, qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de valores devidos pela Emissora. Nesses casos, a Interveniente-Garantidora pagará ao Agente Fiduciário os valores devidos no prazo de 2 (dois) dias úteis imediatamente após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário.

4.10.4 A Interveniente-Garantidora subrogar-se-á nos direitos dos Debenturistas desta Emissão, caso venha honrar, no todo ou em parte, a presente Fiança.

11

CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO



5.1 Observados os termos e condições desta Cláusula V, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) não pagamento, pela Emissora e/ou pela Interviente-Garantidora, do principal e/ou da Remuneração ou do prêmio, se houver, sobre as Debêntures na data de vencimento;
- (b) não pagamento, pela Emissora ou pela Interviente-Garantidora, por 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de quaisquer outros valores adicionais devidos aos Debenturistas (se houver), não compreendidos no item (a) acima;
- (c) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 5 (cinco) dias úteis, pela Emissora e/ou pela Interviente-Garantidora e/ou por quaisquer de suas controladas, ou o vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Interviente-Garantidora e/ou de quaisquer de suas controladas em montante individual ou total igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (d) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou da Interviente-Garantidora e/ou de quaisquer de suas controladas;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Emissora e/ou pela Interviente-Garantidora e/ou por quaisquer de suas controladas, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (f) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas e exclusivamente a elas relacionadas, direta ou indiretamente;
- (g) protestos de títulos contra a Emissora e/ou Interviente-Garantidora e/ou quaisquer de suas controladas, cujo valor total inadimplido individual ou total ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou Interviente-Garantidora e/ou quaisquer de suas controladas, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos

[Handwritten signature]
12

for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, sob qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua ocorrência;

- (h) extinção, por qualquer motivo, de concessão detida pela Emissora ou por qualquer sociedade que, a qualquer tempo, venha a ser controlada pela Emissora, para exploração dos serviços de distribuição e/ou geração de energia elétrica;
- (i) intervenção, por qualquer motivo, em concessão detida pela Emissora ou por qualquer sociedade que a qualquer tempo venha a ser controlada pela Emissora, para exploração dos serviços de distribuição e/ou geração de energia elétrica;
- (j) a inveracidade de qualquer declaração da Emissora ou da Interviente-Garantidora prestada nesta Escritura;
- (k) resgate ou amortização de ações, redução de capital, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora, a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus;
- (l) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Interviente-Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura que não seja sanado em até 30 (trinta) dias contados de notificação do Agente Fiduciário;
- (m) descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros nos limites abaixo estabelecidos nas datas de suas respectivas apurações trimestrais:
 - (i) ICSD superior ou igual a 1,75; e
 - (ii) Dívida Total Consolidada/EBITDA Ajustado e Consolidado inferior ou igual a 3,5.

Sendo:

“ICSD – Índice de Cobertura de Serviço da Dívida”: EBITDA Ajustado e Consolidado/Encargos de Juros Consolidados;

“EBITDA Ajustado e Consolidado”: significa, para qualquer período e conforme apresentada nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou nas demonstrações financeiras consolidadas trimestrais não-auditadas da Emissora, conforme o caso, o valor igual à soma (sem duplicidade) do: (i) resultado operacional (excluindo-se receitas e despesas financeiras) da Emissora e suas subsidiárias; (ii) todos os valores atribuídos a depreciação e amortização; (iii) todos os valores atribuídos a planos complementares de pensão e aposentadoria e



programas de assistência classificados na conta “Crédito dos Serviços Prestados” para tal período determinado em conformidade com o AAAP do Brasil conforme descrito nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e exercícios subsequentes; (iv) todo caixa recebido atribuído a ajustes extraordinários de tarifas, em conformidade com a Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001 (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002), conforme descrito nas notas explicativas “Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) – consolidado”; e (v) todos os valores recebidos em atraso de contas de consumidores vencidas nas demonstrações de resultados da Emissora; e

“Encargos de Juros Consolidado”: significa, em relação a Emissora, para qualquer período, despesas de juros de caixa da Emissora e de suas subsidiárias, em base consolidada, pagável para tal período em relação a todas as Dívidas Ativas da Emissora e suas subsidiárias, incluindo-se todas as comissões, descontos e outras taxas e encargos devidos relacionados a cartas de crédito e aceite financeiro bancário na medida em que tais cartas de crédito e aceites bancários constituam Dívida, menos o valor dos juros ganhos sobre e creditados para qualquer conta de reserva estabelecida associada à Dívida da Emissora ou qualquer subsidiária durante o mesmo período;

“Dívida Total Consolidada”: significa a Dívida consolidada da Emissora e suas subsidiárias, conforme disposta no mais recente balanço patrimonial trimestral consolidado da Emissora e suas subsidiárias menos ativos disponíveis e Ativos Altamente Liquidos da Emissora e/ou de qualquer subsidiária na data do respectivo balanço patrimonial; e

- (n) se ocorrer qualquer alteração do atual controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Interviente-Garantidora, de modo que elas não mais sejam controladas pela família Botelho.

5.1.1 A ocorrência dos eventos indicados nos subitens (a), (d) e (h) acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (b), (c), (e), (f), (g), (i), (j), (k), (l), (m) e (n) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação e o *quorum* previsto na Cláusula Oitava.

14

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA



6.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes (ii) cópia das demonstrações financeiras da Interviente-Garantidora, relativas ao respectivo exercício social encerrado para fins de acompanhamento da garantia fidejussória, e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;
 - (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos;
 - (d) no mesmo dia de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das Assembleias Gerais, reuniões de Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal que forem objeto de publicação;
 - (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) dias úteis da data em que forem publicados;
 - (f) em até 3 (três) dias úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, observados os termos das Instruções CVM nºs 358 e 400;
 - (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela

Emissora, imediatamente após seu recebimento, e quaisquer resultados com um Efeito Relevante Adverso, que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora, suas coligadas e/ou de sua controladora, consideradas como um todo ("Efeito Relevante Adverso");



- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "Instrução CVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;
- (j) cópia de qualquer comunicação enviada pela ANEEL à Emissora relativa à uma possível causa de término ou resolução de sua concessão;
- (k) demonstrativo de apuração dos índices financeiros, na forma do item 5.1 "m";
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (iv) convocar, nos termos do item 8.1 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia;



- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras para exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter atualizados e em ordem os livros e registros societários;
- (ix) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento;
- (xiii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, da Interviente-Garantidora e/ou quaisquer de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xiv) não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora;
- (xv) tomar as medidas necessárias para:
 - (a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar

conduzindo seus negócios dentro do respeito ao meio social e das práticas comerciais usuais;

- (b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se o desgaste normal dos mesmos;
- (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso, ou que a Emissora não considere devidas;
- (xvi) manter válidas e regulares as licenças, alvarás, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento da Emissora;
- (xvii) manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a integral liquidação destas, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 10 (dez) dias úteis após sua divulgação;
- (xviii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (xix) manter seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora;
- (xx) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (xxi) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo, pela qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas trimestrais de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devida a primeira no 5º (quinto) dia útil após na data da assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos trimestres subseqüentes;
- (b) a remuneração prevista no item "a" acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;
- (c) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (d) a remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, ou caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pela Interviente-Garantidora;
- (e) as parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas na menor periodicidade admitida pela legislação em vigor, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (f) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora e previamente por ela aprovadas, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, quais sejam: publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias, que somente serão reembolsadas pela Emissora mediante apresentação dos respectivos comprovantes (que sejam os aceitos pela legislação fiscal para dedução de despesas, exceto no caso de despesas menores, que poderão ser comprovadas por meio de recibos simples) e desde que sejam razoáveis e estritamente necessárias ao exercício das funções e ao cumprimento dos deveres do Agente Fiduciário;
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto



Brasileiro de Geografia e Estatística);

- (h) as remunerações serão acrescidas dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, tais como: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte);
- (i) a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas, ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário;
- (j) a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere este item (j) será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.3. Substituição

7.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a

segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme o disposto no item 7.3.6 abaixo.

7.3.3 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (a “Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCESE, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar, no momento de aceitar a fiança, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura, do fiança e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e oficiais de registros públicos certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) fazer com que a Emissora mantenha atualizado, pelo menos anualmente e até a Data de Vencimento das Debêntures, seu relatório de avaliação (*rating*);
- (m) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até dois dias subseqüentes da data de encerramento da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia Geral de Debenturistas;



- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (n.5) resgate, amortização e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (n.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 5.1 "m";
 - (n.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (n.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (n.10) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da garantia das Debêntures.
- (o) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "n" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (o.1) na sede da Emissora;
 - (o.2) no seu escritório;
 - (o.3) na CVM;



- (o.4) no SND; e
- (o.5) na sede da instituição financeira que interou a colocação das Debêntures.
- (p) publicar, às expensas da Emissora, observado o disposto no item 7.6 abaixo, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “s” acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e a CETIP;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, se possível, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil;
- (t) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, a alteração proposta;
- (u) verificar trimestralmente o atendimento dos índices financeiros previstos no item 5.1 “m” e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (v) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1 (xvii), bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que tiver ciência de sua divulgação;
- (w) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas; e
- (x) fornecer à Emissora, mediante solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1 Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e

defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observar-se as condições desta Escritura:



- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures, e quitar seu principal e acessórios, conforme o disposto no item 5.1 acima;
- (b) requerer a falência da Emissora se o produto da execução da Fiança indicada no item 4.10 acima for insuficiente para o pagamento integral das Debêntures;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

7.6. Despesas

7.6.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2 O ressarcimento a que se refere o item 7.6.1 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia

prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4 As despesas a que se refere este item compreenderão, ~~inclusive~~ ^{as} que incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, ~~conforme~~ ^{previsto} nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitado o limite acordado com a Emissora;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII **ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS**

8.1 Convocação

8.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei de Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela Interviente-Garantidora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.1.4 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência local, observados os *quorá* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes e válidas e em vigor perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou não, ao voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



8.2. Quorum de Instalação

8.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorá* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade da Interviente-Garantidora, controladoras (ou grupo de controle) e/ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais. As Debêntures não consideradas "Debêntures em circulação" não terão direito a voto.

8.4.2 Observado o disposto neste item, a declaração de vencimento antecipado das debêntures, assim como as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

8.4.3 As alterações na Remuneração, garantias e/ou prazos de vencimento, repactuação ou amortização das Debêntures deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.4.4 As alterações a qualquer *quorá* de deliberação previsto nesta Escritura, sobre uma determinada matéria, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação.


Handwritten signature and the number 27.

**CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

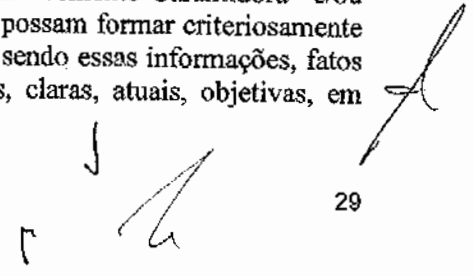


9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme §3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (k) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) que verificou a regularidade da constituição da fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

- 
- (m) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que não fossem omitidas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento;
- (n) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

9.2 A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes;
- (f) cada um dos Prospectos terá, na sua respectiva data de publicação: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, a Interviente-Garantidora e/ou coligadas no contexto da Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e/ou da Interviente-Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e obrigações em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora, a Interviente-Garantidora e/ou coligadas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;
- 

- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver), das Emissoras e/ou Interveniência-Garantidora, expressas no Prospecto, foram feitas de forma correta e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há outros fatos com relação à Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração da Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou pelas suas coligadas, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou das suas coligadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas possuem as concessões, licenças, permissões, alvarás e autorizações expedidas por todas as autoridades competentes, necessárias para conduzir seu negócio conforme descrito nos Prospectos; e a Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas não receberam nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão, licença, permissão, alvará ou autorização que, conjunta ou individualmente, se for o objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável sobre a Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas, a não ser conforme descrito nos Prospectos;
- (k) as demonstrações financeiras constantes dos Prospectos representam corretamente a posição financeira da Emissora, Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas nas datas de sua elaboração e foram devidamente preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) tanto a Emissora quanto a Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas, em seu melhor conhecimento, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis e relevantes à condução e realização de seus negócios, exceto conforme informado nos Prospectos;
- (m) não existem processos judiciais ou administrativos ou arbitrais relevantes pendentes nos quais a Emissora, a Interveniência-Garantidora e/ou suas coligadas seja parte ou aos quais os seus bens estejam sujeitos, que não estejam descritos nos Prospectos e a Emissora não tem conhecimento de





nenhum processo iminente a ser contra ela a Interviente-Garantidora e/ou suas controladas ou coligadas ajuizado ou com relação a qualquer um de seus bens ou dos bens da Interviente-Garantidora, suas controladas ou coligadas que possam afetá-las de forma relevante;

- (n) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas seja parte ou pelo qual ela ou qualquer de seus bens estejam obrigados, exceto conforme descrito nos Prospectos; e
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

9.3 A Interviente-Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, incluindo a prestação do fiança, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (c) esta Escritura e a fiança constituem suas obrigações legais, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente por ela assumida;
- (d) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures relativas à Interviente-Garantidora são e serão verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes;
- (e) não há outros fatos com relação à Interviente-Garantidora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (f) a celebração da Escritura, e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Interviente-Garantidora

ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato de obrigação anteriormente assumida pela Interviente-Garantidora ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas, nem irá resultar em: (i) pagamento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interviente-Garantidora ou de suas controladas ou coligadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.



9.3.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas em razão da inveracidade, insuficiência, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.3.2 Sem prejuízo do disposto no item 9.3.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Irrevogabilidade; sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



10.4. Correção de Valores

Exceto no que diz respeito à Remuneração das Debêntures, para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores serão referenciados na constante deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV, a qual será regida por seus termos específicos.

10.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão, dos Contratos de Garantia, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Comunicações

10.6.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

Empresa Energética de Sergipe S.A.
Av. Pasteur nº 110 – 5º e 6º andares - Botafogo
22290-903 Rio de Janeiro, RJ
At. Sr. Maurício Perez Botelho / Cláudio Brandão Silveira
Telefone: (21) 2122-6900
Fac-símile: (21) 2122-6931
E-mail: mbotelho@energisa.com.br ou
claudiobrandao@energisa.com.br

Para a Interviente- Garantidora

Energisa S.A.
Av. Pasteur nº 110 – 5º e 6º andares - Botafogo
22290-903 Rio de Janeiro, RJ
At. Sr. Maurício Perez Botelho / Cláudio Brandão Silveira
Telefone: (21) 2122-6900
Fac-símile: (21) 2122-6931
E-mail: mbotelho@energisa.com.br ou
claudiobrandao@energisa.com.br

Para o Agente Fiduciário

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 6º e 10º andares, Itaim Bibi
04530-001 São Paulo, SP
At.: Felipe Coimbra Aloi André
Telefone: (11) 3048-9763 ou (11) 3048-9915
Fac-símile: (11) 3048-9888
E-mail: slw@slw.com.br

Para o Banco
Mandatário
e Escriurador

Banco Citibank S.A.
Av. Paulista, nº 1111, 12º andar
01311-200 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcus Lee Lau
Telefone: (11) 4009-5293
Fac-símile: (11) 4009-7558
E-mail: marcus.leelau@citi.com
www.citibank.com.br



Administradora do
sistema de negociação

Para a CETIP:
CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação
SDN – Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, 425 – 24º andar
01009-000 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3111-1400 ou (11) 3111-1596 ou (11) 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563 / 1564

10.6.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.7. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

Fica eleito o Foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

de Notas
do Sr. Mendonça
Sua. Nota
94/2196

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2008.

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A.



Nome: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

Nome: Danilo de Souza Dias
Cargo: Diretor

ENERGISA S.A.,
na qualidade de Interviente-Garantidora

Nome: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

Nome: Danilo de Souza Dias
Cargo: Diretor

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
na qualidade de Agente Fiduciário

Nome: Felipe Coimbra Aiol André
Cargo: Depto. Agente Fiduciário

Nome: Felipe Coimbra Aiol André
Cargo: Depto. Agente Fiduciário

Testemunhas:

Nome: Paula Cordeira Nascimento
ID: 92152803-8

Nome: Gregório Pedrosa Tasso
ID: 29.201.720-0

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE
 CERTIFICADO O REGISTRO EM: 14/02/2008 SOB Nº: 20080026311
 Protocolo: 08/002631-1, DE 12/02/2008

JUCESE
 Empresa: 28 3 0000055 7
 EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE
 S/A - ENERGEPE

Edacio Viana Guimarães
 EDACIO VIANA GUIMARÃES
 SECRETÁRIO-GERAL



139 Ofício de Notas - Tabelião Luiz Fernando Carvalho de Faria
 Av. Rio Branco 135 - Grupo 312 RJ - Tel. 2224-8423 - RJ 20090-000
 Reconheço por semelhança as firmas de: DANIELA DE SOUZA DIAS
 MAURICIO PEREZ BOTELHO
 DE SOUZA DIAS
 Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2008 às 13:07:55
 Em Testemunho
 LUCIA BELENA FORTADO DE NEUNONCA - Autorizada - 194 194
 Total R\$ 4,50
 Valido somente com selo de fiscalização.

ORCPN - 28.º SUBDISTRITO DO JARDIM PAULISTA
 RUA COMENDADOR MIGUEL CALFAT 20 - VILA OLIMPIA - SÃO PAULO/SP - CEP: 04537-080
 FONE: (11) 3815-8424 - FAX: (11) 3065-8080 - E-MAIL: 28@ORCPN.COM.BR

Reconheço, por semelhança, as firmas de: PEDRO SYLVIO WEIL e FELIPE
 COIMBRA ALDI ANDRE
 São Paulo, 08 de fevereiro de 2008.
 Em testemunho

Valido somente com selo de autenticação
 Paga por firma R\$ 4,50 | Total R\$ 9,00
 Gisele Cristina Gallucci
 Escrevente Autorizada

JOAQUIM CARLOS MINHOTO
 OFICIAL ORCENÁRIO

1032/2008